

ECONOMIA CONSCIENTE

Vasco Almeida

A pandemia de COVID-19 originou uma grave crise económica num curto espaço de tempo. A contração do comércio e das cadeias produtivas internacionais, criadas pela globalização, e as quedas registadas nos mercados financeiros constituíram os primeiros sinais da crise. O confinamento de uma percentagem elevada da população mundial levou à suspensão da atividade em inúmeros setores económicos, designadamente, comércio de retalho, transportes, restaurantes, hotéis, cultura, desporto, energia e uma parte significativa da indústria transformadora. O desemprego aumentou significativamente, sendo previsível que venha a empurrar milhões de trabalhadores para situações de pobreza e exclusão social.

O grande impacto económico e social da pandemia deve-se, entre outras razões, ao modelo económico adotado nas últimas décadas. A produção e o consumo em massa, a liberalização do comércio e a necessidade crescente de circulação de pessoas, bens e capitais têm levado à instabilidade financeira, à precarização do trabalho, à desigualdade social e à degradação ambiental. Além disso, a relação entre o modelo económico adotado e a perda de biodiversidade e do equilíbrio dos ecossistemas tem favorecido o aparecimento de novas doenças, tais como a COVID-19. Esta situação foi agravada pela adoção de políticas neoliberais que levou ao enfraquecimento dos serviços públicos, nomeadamente, no setor da saúde, diminuindo as possibilidades de combate da pandemia.

A crise atual abre uma oportunidade para conceber um novo modelo económico. Embora seja previsível o apelo, por parte dos decisores políticos e económicos, a um regresso à "normalidade", este é o momento oportuno para lançar as bases de uma *economia consciente* em que as motivações e as escolhas das pessoas sejam baseadas nos valores da sustentabilidade, da democracia e da justiça social, de forma a promover o bem-estar e o equilíbrio do meio ambiente.

A produção de bens e serviços através de processos que preservem o meio ambiente e que sejam seguros para os trabalhadores e para as comunidades deve ir ao encontro das suas necessidades reais. Isto implica, por um lado, o decréscimo de alguns setores de atividade económica que levam ao esgotamento dos recursos naturais e a um consumo insustentável e, por outro, o crescimento dos setores que promovam o bem-estar, como, por exemplo, a saúde, a educação e as energias renováveis. Os processos de produção globalizados baseados em complexas cadeias de valor devem ser progressivamente substituídos por sistemas produtivos locais que, em parte, possam ser assegurados por organizações de base comunitária ou municipal. Por último, cabe ao Estado garantir uma repartição justa dos rendimentos e a capacitação dos cidadãos. Uma economia consciente deve ser intrinsecamente democrática, governada não pelo capital, mas por pessoas que sejam ativas nas suas comunidades e que possam desempenhar um papel fundamental na transformação da sociedade.